

O desafio radical à economia dominante*

STEPHEN MARGLIN **

TEMAS DE ECONOMIA RADICAL

Deixem-me começar pelos principais temas que diferenciam a economia radical da economia dominante: a natureza do capitalismo; o conflito de classes; a mudança econômica e social; e, finalmente, as possibilidades de mudança na condição humana. A influência de Karl Marx na elaboração desses temas será bastante óbvia, de maneira que não terei que desenvolver a conexão marxista. Ao contrário, o perigo está em que eu possa não enfatizar suficientemente as áreas em que os radicais de hoje, ou ao menos alguns de nós, afastam-se de, ou mesmo rejeitam, a formulação marxista.

A NATUREZA E A SIGNIFICÂNCIA DO CAPITALISMO

Os radicais focalizam o capitalismo como um modo particular de organização da produção — no jargão radical, *um modo de produção particular*. Para nós é essencial distinguir o capitalismo não somente da escravidão, do feudalismo e do socialismo, mas também de outras formas de economia de mercado. Nós afirmamos que o modo de produção não só molda o comportamento econômico de forma



* Apresentado como aula no curso introdutório de Economia da Universidade de Harvard em fevereiro de 1981. Tradução de Lenina Pomeranz. Este artigo será publicado concomitantemente em revista de língua inglesa.

** Da Universidade de Harvard.

específica, como também influencia a sociedade no seu sentido mais amplo — a política, a educação, a cultura e até mesmo os valores e crenças morais. Os problemas do capitalismo *não* são os problemas de uma economia de Robison Crusóé escritos de forma ampliada. E nenhuma elaboração ou refinamento da economia de Robison Crusóé explicará esses problemas.

Os radicais geralmente caracterizam o capitalismo por 4 traços: 1.º) produção para o mercado; 2.º) universalidade dos mercados; 3.º) concentração do controle em mãos de uma parcela relativamente pequena da população; e 4.º) controle descentralizado ou compartimentalizado.

Deixem-me dizer uma palavra acerca de cada uma dessas características.

A *produção para o mercado* implica o motivo do lucro ou pelo menos uma condição de lucro.

A *universalidade dos mercados* distingue o capitalismo dos outros sistemas nos quais a produção é dirigida ao mercado mas nos quais um ou outro fator de produção — como o trabalho, nos modos de produção escravista ou feudal; ou o capital, no modo socialista de produção — não é alocado através do mercado.

A *concentração do controle* é talvez o traço diferenciador mais importante do capitalismo, porque é isso que distingue a produção capitalista da dos pequenos proprietários — agricultores, ou médicos e advogados em atividades autônomas — que são ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores, gerentes e gerenciados. A concentração do controle significa que *relativamente* poucos controlam o processo produtivo. “Relativamente poucos” pode ser um número *absoluto* grande em um país do tamanho do nosso. Um por cento da população americana, por exemplo, é um número *relativamente* pequeno, mas um por cento de uma população de mais de 200 milhões constitui, não obstante, mais de 2 milhões de pessoas. Observem também que eu enfatizo o controle ao invés da propriedade. A propriedade e o controle, naturalmente, marcham juntos, mas menos freqüentemente agora que no século XIX.

O corolário da concentração do controle é que a maioria das pessoas envolvidas na produção capitalista — as pessoas das oficinas de produção (*shop floor*) e dos escritórios (*typing pool*), as pessoas que batem ponto e são pagas por hora ou por tarefa — essas pessoas exercem relativamente pequeno controle sobre as suas condições de trabalho.

Finalmente, é uma característica importante do capitalismo *o controle ser descentralizado e compartimentalizado*, dividido em unidades separadas. O controle é exercido separadamente pela GM e pela Westinghouse, pela Lockheed e pela ITT, em contraste com o controle centralizado de uma hierarquia única como a militar, a do PC da União Soviética ou a da Igreja Católica. A descentralização constitui a base da instabilidade da economia capitalista, dos

surtos periódicos de desemprego que caracterizaram o capitalismo através de sua existência.

Deixem-me enfatizar que esta caracterização do capitalismo é dificilmente neutra e pode dificilmente ser chamada de “objetiva”. Ela é seletiva ao extremo, enfatizando aqueles traços do capitalismo que os radicais consideram centrais para compreender os seus efeitos sobre nossas vidas e ignorando ou descartando aqueles considerados secundários.

Uma outra perspectiva produz uma definição diferente, uma ênfase diferente. Max Weber, o grande sociólogo alemão da passagem do século, por exemplo, enfatizou a racionalidade da empresa capitalista, sintetizada na rigorosa contabilidade, como seu traço central. Os economistas ortodoxos, como veremos, tendem a obscurecer a distinção entre o capitalismo e outras formas de empresa privada, juntando capitalistas e pequenos proprietários sob a rubrica de economia de mercado. Para eles o “mercado livre” é o conceito-chave, e as diferenças entre as relações de produção envolvidas nos dois tipos de economia não são suficientemente importantes nem mesmo para menção, muito menos para análise.

Para os radicais essas diferenças constituem uma questão das mais importantes. Eu voltarei a este ponto na próxima aula e por ora deixo-o, dizendo somente que trabalhar para um patrão ao invés de trabalhar para si próprio significa necessariamente uma relação muito diferente com o seu trabalho. São o capitalismo e as relações capitalistas de produção — não a natureza intrínseca do trabalho — que tornam a maior parte das ocupações em nossa sociedade sem sentido, aborrecidas e embrutecedoras, fazendo do trabalhador uma sombra do que poderia ser. Além do mais, as relações de produção extravasam para além do local de trabalho. Bem antes de Karl Marx surgir em cena, Thomas Jefferson afirmou que a única base sólida da democracia política era uma ampla dispersão do poder econômico, um modo de produção de pequeno proprietário. A concentração do poder econômico em uma classe pequena — capitalismo — conduziria necessariamente à concentração do poder político.

“A dependência (econômica) — escreveu Jefferson — gera subserviência e venalidade, sufoca o germe da virtude e prepara instrumentos adequados ao desígnio da ambição.” Query XVIII. *Notes on the State of Virginia*, in *The Complete Jefferson*, Saul Padover (ed.), Duell Sloan and Pearce, 1943, p. 677.

Extrapolando a sua própria realidade para o futuro, Jefferson poderia ter sido razoavelmente otimista sobre o futuro da democracia baseada na produção de pequeno proprietário. Em 1780, plenos 80% dos adultos masculinos brancos eram pequenos proprietários, em sua maioria na agricultura. Em con-

traste, em nossos tempos, dificilmente 10% da população adulta são autônomos. Jefferson poderia bem indagar-se se o resto de nós se tornará “instrumentos adequados aos desígnios da ambição” — a menos que modelemos uma nova base para a democracia econômica.

Vocês também poderiam ser tentados a indagar. Ou vocês poderiam contra-argumentar dizendo que, a despeito da absorção do pequeno proprietário pela produção capitalista, a base econômica da democracia não foi erodida. O não lamentado presidente Nixon costumava ressaltar como é difundida a propriedade do capital produtivo, na forma de ações das corporações, na sociedade americana. Se eu me lembro corretamente, ele costumava alardear o número de 30 milhões de capitalistas. Portanto, se 30 milhões de americanos possuem ações, pode o controle realmente ser tão concentrado como a definição radical do capitalismo requer?

O que Nixon deixou de lhes dizer foi que, embora 30 milhões de americanos possuam ações, a maioria de nós possui muito poucas, se algumas. Cerca de 1000 000 de famílias, 0,2% da população, possui um quarto das ações e meio milhão de famílias, cerca de 1% da população, detém metade delas. Dificilmente uma base promissora para um difundido controle da produção.

CONFLITO DE CLASSE

A segunda hipótese básica do modelo radical é a de que o capitalismo é essencialmente conflituoso. Não é a “natureza humana”, mas sim as relações entre as pessoas engajadas no processo de produção que constituem a fonte central de conflito em nossa sociedade: capitalistas lutando com os trabalhadores sobre o ritmo do trabalho e sobre a taxa e a composição das mudanças tecnológicas; capitalistas lutando entre si, no país, e no exterior, por uma fatia maior de influência; trabalhadores competindo entre si por posição.

As relações de produção não são a única fonte de conflito, seguramente: poucos são os radicais que afirmariam que o racismo e o sexismo (por exemplo) são produtos do capitalismo. Mas é menor ainda o número de radicais que negariam que o racismo e o sexismo são usados pelos capitalistas (e, a propósito, por grupos particulares de trabalhadores) para seus próprios objetivos, e, conseqüentemente, que o estudo do capitalismo como um modo particular de produção é essencial à compreensão do racismo e do sexismo *nessa* sociedade.

O PROCESSO DE MUDANÇA ECONÔMICA E SOCIAL

No próximo trimestre lhes será ensinado que a virtude do crescimento econômico está em que ele expande o domínio da liberdade e da escolha. O crescimento econômico desloca a fronteira da possibilidade de produção e

as restrições orçamentárias de tal maneira que, quaisquer que sejam as preferências individuais, o bem-estar aumenta.

Do ponto de vista radical, o desenvolvimento não é um processo tão simples. Ao invés de deslocar o domínio da escolha uniformemente, o crescimento aumenta a escolha em algumas dimensões, mas a restringe em outras.

A riqueza material do Ocidente foi acompanhada de uma pobreza muito real, de um empobrecimento em outras dimensões — na vida da comunidade, da família e do trabalho. As mercadorias *têm* que desempenhar um papel desproporcional em nossas vidas simplesmente para preencher esses hiatos, para compensar pelo vazio espiritual e emocional de nossas vidas. Nós certamente não escolhemos fazer do consumo de mercadorias o remédio soberano para as doenças de nossas vidas; isto aconteceu independentemente de nosso desejo e capacidade de decisão.

Os economistas radicais sabem não só que o crescimento realiza-se *nos limites de uma estrutura institucional*, mas também que o próprio crescimento age sobre essa estrutura institucional. Não iremos muito longe se tentarmos explicar a mudança de maneira ortodoxa, com base no crescimento do conhecimento ou da produtividade, quer estejamos considerando uma transformação mais importante como a mutação do feudalismo em capitalismo ou uma mudança relativamente menor como a criação do Sistema Federal de Reserva. Mais corretamente, a mudança institucional ocorre para solucionar problemas que surgem do conflito de classes básico ao sistema, básico ao modo de produção. A mudança ocorre no capitalismo por causa de conflitos entre capitalistas e trabalhadores sobre a divisão do produto entre lucros e salários, a intensidade do trabalho, o controle da produção.

A mudança ocorre também para solucionar problemas que surgem da descentralização do controle — o que Marx chamou de anarquia do mercado. O fato de o Governo Federal ter assumido a responsabilidade pela administração da demanda agregada — um tema que vocês seguirão mais tarde neste semestre — não decorreu, como Ronald Reagan pode tê-los levado a crer, de um súbito ataque de inconsciência ou de maquinações de uma burocracia faminta de poder amarrada às costas do povo. Ela foi uma resposta à Grande Depressão dos anos 30, um fracasso colossal que na sua pior fase deixou 25% da força de trabalho — uma em cada quatro pessoas — desempregados.

Alguns economistas ortodoxos poderiam aceitar esta caracterização de mudança institucional. Afinal, eu dificilmente disse alguma coisa além de que a mudança institucional é solucionadora de problemas, e que os problemas surgem do conflito social. Portanto, qual é a grande diferença?

A grande diferença, penso eu, é que, sob o ponto de vista radical, os problemas não são de fato solucionados, mas deslocados. As “soluções” na realidade nunca atacam os problemas mais profundamente que à superfície e

não podem fazê-lo sem destruir a base do edifício social, porque estes problemas surgem do âmago profundo do sistema de produção. As soluções, portanto, contêm sempre as sementes de novos problemas, exatamente como a intervenção do Governo para manter elevado o emprego após a Grande Depressão e a II Guerra Mundial conteve os germes de nossa presente inflação e do dilema com que se defronta agora este país de escolher entre desemprego e inflação.

POSSIBILIDADES DE MUDANÇA NA CONDIÇÃO HUMANA

Os radicais geralmente acreditam na possibilidade de uma sociedade e de um modo de produção no qual os termos de conflito são significativamente melhores do que o são sob o capitalismo. Da mesma forma como os termos do conflito sob o capitalismo são melhores para a maioria do povo que sob o feudalismo ou a escravidão, assim sob um sistema de democracia econômica, no qual o poder é amplamente partilhado e difuso — na oficina de produção e na sala do conselho da corporação — já há pelo menos o *potencial* para melhores termos.

Deixem-me ser claro. Os radicais contemporâneos geralmente evitam duas posições extremas: 1.^a) de um lado, rejeitamos o fatalismo pessimista dos economistas predominantes — conservadores ou liberais — que vêem os seres humanos essencialmente em conflito entre si, independentemente de como a economia e a sociedade possam estar organizadas; 2.^a) por outro lado, evitamos o determinismo de uma geração mais velha de radicais. Segundo Marx, esta geração mais velha via o progresso (que eles definiam em termos de um movimento em direção ao socialismo) como inevitável. Para eles, a nacionalização dos meios de produção — substituição dos capitalistas pelo Estado, embora um Estado no qual um partido de trabalhadores tivesse poder decisivo — constituiria uma panacéia, a aurora de um novo dia no qual o conflito cessaria e a harmonia reinaria.

Nós vemos a abolição do presente sistema de controle por uns poucos como um passo necessário — mas dificilmente suficiente — para o desenvolvimento de uma sociedade decente. E dificilmente deixamos de criticar países como a União Soviética, não importa o quanto “socialistas” eles possam proclamar-se.

Eu não deveria deixá-los com a impressão de que a economia radical é uma combinação uniforme e homogênea. Eu próprio, por exemplo, tenho desavenças em relação à concepção materialista da história, certamente, na forma como é interpretada por John Gurley nas leituras recomendadas para esta aula (John Gurley: *Challengers to Capitalism: Marx, Lenin, and Mac* — 2.^a edição, Nova Iorque, Norton 1980, Cap. 2). (Preciso confessar, entretanto, que Gurley está muito mais próximo da linha principal do pensamento radical e de Marx do que eu). Em particular para Gurley a causalidade vai da base material — forças

produtivas — às relações de produção, depois daí para a superestrutura cultural, política e ideológica. A meu ver, as linhas de causa e efeito entre estes elementos da sociedade são muito mais mútuas: as causas vão tanto da cultura às relações de produção e das relações de produção às forças produtivas quanto no sentido contrário. A democracia política, como a conhecemos neste país — e não se enganem, nossa democracia é considerável, em termos relativos ao menos — esta democracia não é produto do capitalismo.

A Democracia — um elemento derivado, superestrutural para Gurley e muitos radicais —, a meu ver, condicionou o desenvolvimento do capitalismo.

Mas também não me deixem aumentar estes desacordos além de suas proporções. Eles são, por assim dizer, brigas de família. Gurley e eu seguramente concordaríamos que estudar a economia americana sem examinar as interações entre o capitalismo e a democracia seria ignorar elementos essenciais da estória.

UMA COMPARAÇÃO COM A ECONOMIA ORTODOXA

Neste ponto, poderíamos perguntar o que há no modelo predominante que obscurece verdades “auto-evidentes” para os radicais. Olhemos, portanto, para os temas principais da economia predominante.

Mercado e Preços — De acordo com o ponto de vista predominante, os mercados regulam toda a atividade econômica, e os preços ajustam os mercados.

Quando eu iniciei meus próprios estudos em economia, começávamos com um mercado de cavalos. Lipsey e Steiner (*Economics*, 5.^a ed., Nova Iorque, Harper and Row, 1978) começam com cenouras, mas o propósito é o mesmo: mostrar-lhes como os preços ajustam a demanda e a oferta. Depois que vocês tiverem terminado com suas cenouras, há um apelo à fé: vocês devem aceitar que toda a atividade econômica é regulada pelos mercados e que todos os mercados funcionam como o mercado de cenouras. A acumulação e a alocação do capital são um grande mercado de cenouras. Assim o emprego — ambos, seu nível e conteúdo — é determinado em um mercado de trabalho que não é nada mais que um grande mercado de cenouras.

O mercado de trabalho, de fato, fornece um bom exemplo de teorização ortodoxa. Trataremos do *conteúdo* do emprego na próxima aula; aqui, portanto, me restringirei ao *nível* de emprego. Como os preços ajustam os mercados, o salário (que é o preço do trabalho) precisa ajustar o mercado de trabalho. O desemprego é assim uma aberração — um fenômeno temporário, de desequilíbrio.

De fato, há uma seita crescente de Verdadeiros Crentes que argumentam que o desemprego não existe sequer temporariamente. Eis como se desenvolve o argumento. Comecem com seus professores. O Verdadeiro Crente assinalará que os professores de Harvard não estamos realmente desempregados durante as férias de verão, quando estamos em nossos chalés contemplando o mar. Assim, por analogia — embora vocês possam reconhecer que a analogia já é

um pouco forçada —, carpinteiros e pintores de parede não estão realmente desempregados quando são dispensados no inverno porque é muito frio para trabalhar. Sob este ponto de vista, os desempregados estão simplesmente implementando um plano ótimo de lazer no seu horizonte de vida.

Agora vêm os apelos à fé. Os 25% de desempregados da força de trabalho em 1933, vocês devem acreditar, também estavam trocando lazer futuro por lazer presente (1933 deve ter sido um ano terrivelmente bom para relaxar. Por isso tanta gente estava relaxando). Não há de fato desemprego involuntário. Todos esses indivíduos, recebendo seguro-desemprego, estavam somente implementando o seu plano ótimo de lazer no seu horizonte de vida.

Presto, um problema mais resolvido — exceto, claro, para os desempregados.

Eu escolhi este exemplo de propósito, não só por ser chocante, mas porque o processo intelectual em ação é típico do enfoque predominante — um grão de verdade em um oceano de condescendente suporte à incredulidade. Meias verdades (na melhor das hipóteses) estendidas ao ponto do absurdo. Retornaremos mais tarde à questão de por que o suporte à incredulidade é tão condescendente quando se trata do modelo predominante. Por ora, deixem-me sumarizar este ponto sugerindo que um erro básico do modelo predominante consiste em superenfatizar o papel dos preços no ajustamento econômico. Particularmente, o da taxa de salário, como regulador da alocação do trabalho e o da taxa de lucro, como regulador da acumulação de capital.

SOBERANIA DO CONSUMIDOR

A segunda característica distintiva do enfoque predominante é que ele *parte das famílias ao invés de partir das classes*. Os resultados econômicos são agregados de decisões familiares sobre o que as pessoas compram, sobre o que elas vendem e sobre quanto elas poupam. O nome do jogo é *soberania do consumidor*.

As empresas de negócios não agem nesse modelo. Elas *reagem*. Assim, ao invés da produção, o consumo é posto no centro da análise. A produção, ao menos as relações entre os vários atores humanos no processo de produção, é ignorada. Ou melhor, essas relações são tratadas como um caso especial da teoria de preços. A venda de força de trabalho é como a compra de cenouras.

Não tomem a minha palavra para dizê-lo. A especificidade histórica do capitalismo constitui, segundo eles próprios admitem, um detalhe trivial demais para que os economistas ortodoxos preocupem-se com ele. De fato, para Paul Samuelson, um dos mais eminentes economistas contemporâneos, a “generalidade” da teoria ortodoxa é uma grande virtude.

Samuelson (“Wages and Interest: a Modern Dissection of Marxian Economic Models”, in *American Economic Review*, dezembro, 1975) recomenda que:

“lembramos que em um mercado competitivo realmente não importa quem emprega quem; assim, tenha-se o trabalho ‘empregando’ o capital.”

Se vocês realmente acreditam que não importa quem emprega quem, deixem-me sugerir-lhes um pequeno experimento: tentem despedir o seu patrão alguma vez!

O problema com a soberania do consumidor não é o do que o consumidor não escolhe. O quadro que vocês tiveram no outono, de um consumidor maximizando utilidades sob restrição orçamentária, não está errado. Ele é só absolutamente irrelevante.

Nenhuma sociedade deixaria — sob ameaça de sua própria sobrevivência — qualquer resultado social importante a um processo de agregação espontâneo, seja ele um mercado, uma cabine de votação ou o que seja.

Isto não implica negar que as famílias tomam decisões; é antes afirmar que o domínio de escolha é tão circunscrito que nada muito importante depende do seu resultado.

Tomem a recente campanha eleitoral na qual fomos obrigados a escolher entre Carter e Reagan. Votamos. Os votos foram contados e Reagan, tendo obtido a maioria dos votos, foi eleito. E assumiu.

Mas — exceto a possibilidade de aniquilação nuclear — eu lhes diria que nada de importância crítica para o futuro da economia americana dependeu desta eleição. A essência da política americana não é a escolha entre Reagan e Carter. É antes a ausência de escolha.

Mas este não é o único lugar em que atuam restrições à escolha.

Mesmo um presidente tem relativamente pouca escolha no campo econômico. Este presidente, como o anterior, pode por um certo tempo trocar o desemprego por inflação. Mas, cedo ou tarde, ele encontrará suas opções econômicas tão limitadas pelas pressões que os capitalistas farão para manter os lucros e, enquanto permanecermos uma democracia, pelas pressões que os trabalhadores farão para manter o emprego e os salários, que ele — ou o seu sucessor — partirá para controlar, inicialmente os salários e os preços, e posteriormente o investimento, a produção e talvez até mesmo o trabalho.

Deixem-me esclarecer novamente: eu não estou propondo, apenas prevendo. Em abstrato, eu não sou nem a favor nem contra os controles. Se os controles são ou não desejáveis, depende de que tipos de controles temos, como e por quem eles são administrados e em benefício de quem. Eu poderia aduzir que a experiência com os controles de salários e preços de Nixon dificilmente dá lugar a otimismo; mas essa foi como pedir à raposa para controlar o galinheiro.

A partir dessas duas hipóteses principais — primeira, a de que os preços ajustam as demandas e as ofertas em todos os mercados; e, segunda, a de que as demandas e ofertas têm origem no consumidor soberano — e de um con-

junto de hipóteses secundárias, o economista ortodoxo é capaz de estabelecer uma harmonia essencial de interesses sob o capitalismo, harmonia essa que está em contraste agudo com o conflito visto pelos radicais.

Não significa isto dizer que os economistas ortodoxos não vêem quaisquer conflitos na economia. Mas é honesto dizer, primeiro, que eles vêem o conflito e a concorrência como inerentes à natureza humana, não ao sistema econômico; e, segundo, que eles vêem o conflito minimizado no sistema capitalista.

O resultado é remover o capitalismo como tema e substituí-lo por um tema que se reduz a “teu sangue ou meu sangue”, um tema no qual se torna extremamente difícil classificar as reivindicações dos disputantes.

A BASE IDEOLÓGICA DO DESACORDO

Por que, poderíamos perguntar, a economia ortodoxa constrói hipóteses tão peculiares para chegar a tão estranhas conclusões? A resposta repousa na função ideológica da teoria ortodoxa, na ajuda e conforto, mais ainda na santificação que dá ao auto-interesse como um princípio da organização das relações interpessoais.

Segundo o ponto de vista ortodoxo, uma sociedade decente e bem ordenada é aquela na qual todos perseguem o seu próprio conceito de Bom, permitindo aos demais perseguirem os seus com igual liberdade. E a anarquia não produz o caos. Exatamente o contrário. A mão invisível não só trabalha, ela trabalha bem.

Esta foi naturalmente a mensagem de Adam Smith. Mas precisamos voltar um bocado mais para trás se queremos entender as origens desta ideologia. Na Idade Média a perseguição do auto-interesse não era de modo nenhum desconhecida, mas cobrava um alto preço pelo que para um homem pobre em tempos de fome era dificilmente elevado em um princípio moral como o é no credo de Análise Social 10 (o curso de princípios em Harvard). De fato, o ponto de vista cristão era: *Homo mercator Deo aut nihil placere potuit* (Um mercador dificilmente agradecerá a Deus).

Assim que a Sociedade Medieval desagregou-se, a economia separou-se da sociedade, ao menos no plano moral. O mercador foi isento das usuais regras morais, de forma que ele podia vender trigo ao preço que o mercado comportasse, tanto a ricos quanto a pobres. Todo mundo, para parafrasear Anatole France, gozava de igual liberdade para comprar ou para morrer de fome. O mercador podia não ser moralmente elevado por sua atividade, mas ele pelo menos não precisava temer a danação eterna.

Assim, no surgimento da era moderna, a economia existia num vácuo moral, fora da moralidade-padrão, mas sem moralidade própria. E esta, eu concedo, era uma situação insustentável, um limbo absolutamente insustentável.

E assim nasceu a economia, como um campo separado de investigação da filosofia moral, pelo interesse que tinha uma classe de capitalistas em desenvolvimento em justificar as suas ações ao mundo e a si própria.

Adam Smith foi antes e sobretudo um filósofo moral. De fato ele detinha a cadeira de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow. E a economia de Adam Smith surgiu não primordialmente para *explicar* o mundo, mas para prover um código e uma sanção moral para a ação econômica baseada no auto-interesse. Ouçam ao próprio Adam Smith:

“... todo indivíduo... tenta o mais que pode... empregar seu capital... de forma que o seu produto seja de maior valor... Ele geralmente nem pretende promover... o interesse público nem sabe o quanto o está promovendo. Ele busca somente seu próprio ganho, e é levado por uma mão invisível, neste como em muitos casos, a promover um fim que não era parte de sua intenção. Nem é sempre mau para a sociedade que não o seja. Perseguido seu próprio interesse, ele freqüentemente promove o da sociedade mais eficientemente do que se ele realmente pretendesse fazê-lo.” (Adam Smith, *The Wealth of Nations*, Nova Iorque, The Modern Library, 1937, p. 423).

Os economistas ortodoxos desde Smith, em essência, vêm pondo os pontos nos is e cruzando os ts no parágrafo que acabo de citar. Não todos os economistas ortodoxos, certamente, mas aqueles cujo trabalho moldou o aparato teórico que referencia o enfoque predominante.

A IDEOLOGIA DA ECONOMIA RADICAL

A economia radical também tem uma base ideológica. É o senso de que a opressão e a repressão ao povo que tem lugar sob o capitalismo é amplamente desnecessária e é, em todo caso, um preço muito elevado a pagar pela prosperidade material. É o senso de que quando a repressão é para valer como no Chile em 1973 ou em El Salvador em 1981, a liberdade do mercado é paga — literalmente — pelo sangue de trabalhadores e camponeses. É o senso de que existe um lado negro na lei, na ordem e na estabilidade que reina hoje em Santiago e que reinará logo — se Reagan e Haig conseguirem o seu intento — em São Salvador: a estabilidade, a paz e a calma tão queridos dos editores e leitores do *Time* e do *Wall Street Journal* é a paz da tumba.

Agora eu devo insistir que não é resposta, como defesa da colaboração americana, dizer “você, também”, para ressaltar a repressão na URSS, em Cuba e na China, ou a repressão que pode ocorrer na Polônia. Não é característico dos radicais de hoje defender a repressão na URSS ou em qualquer

outro lugar, da mesma forma que é uma característica dos radicais ver a expropriação dos capitalistas como o nascimento de uma sociedade sem classes.

Em todo caso, não precisamos voltar nossa atenção para fora. A escolha realmente significante — a liberdade de projetar um edifício ou construí-lo, para praticar a medicina ou a advocacia, para escrever ou ensinar, para rezar ou montar uma peça, para educar crianças e seguir uma carreira — estas são liberdades — nos USA como no Chile — de uma minoria privilegiada. Estas são liberdades que precisam ser contrabalançadas com as vidas de mudo desespero levadas pela maioria de nossos compatriotas, para os quais a liberdade de escolha reduz-se à escolha entre marcas concorrentes de TV ou de pasta dental, uma maioria que ainda tem que despertar toda segunda-feira pela manhã para encarar um trabalho cuja única recompensa é o cheque de pagamento no fim da semana.

Para o economista ortodoxo, a instrumentalidade do trabalho é inevitável. É inimaginável que o trabalho possa ser para a maioria, da mesma forma que para uns poucos privilegiados, um meio de desenvolvimento como ser humano e membro da comunidade, não somente um meio para o consumo material.

Para mim, para os radicais, em contraste, constitui um artigo de fé que em uma sociedade bem ordenada o trabalho pode ser uma fonte de prazer, orgulho, prestígio e desenvolvimento pessoal para os muitos da mesma forma que para os poucos; de fato, que se situa ao nosso alcance eliminar a própria distinção entre a ocupação e a distração, entre o trabalho e o lazer.

Muitos de vocês rogarão praga sobre ambas as escolas. Chega de ideologia. Dêem-nos uma ciência que seja livre de juízos de valor, que se apóia somente em fatos. Como a capa interna da frente do livro de Lipsey e Steiner diz:

EINSTEIN PARTIU DE FATOS — Importa pouco o quanto estamos errados em nossas teorias, se somos honestos e cuidadosos com nossas observações.

Um sonho impossível. A verdade é que não há “observações” sem teoria, somente um amontoado de impressões que conduz à confusão e ao espanto — até que a teoria distinga o importante — os “fatos” — do não-importante.

Também não pode existir teoria sem ideologia. É certo que a teoria, e a boa teoria ao menos, é geralmente vista como *o oposto* da ideologia. A teoria deve ser vista como um caminho possível para *a verdade*, e a verdade e a ideologia são geralmente vistas como pólos opostos. Assim a negação de um componente ideológico torna-se uma condição necessária para o desenvolvimento de uma teoria. A ideologia é sempre uma doença que uma outra pessoa apanha. Nunca eu.

Mas eu lhes afirmo que a oposição entre a verdade e a ideologia, sobre a qual se apóia a rejeição da ideologia, constitui sério erro metodológico. O que é

a ideologia, afinal, senão hipóteses, crenças e valores não provados (embora não necessariamente impossíveis de provar!) que precisam estar subjacentes a qualquer investigação intelectual ou à nossa própria existência como seres sociais? *Onde* está a teoria que é livre de hipóteses não provadas?

É da própria natureza da ideologia que ela esteja — no presente ao menos — além do alcance da verificação. É isso que torna a economia (e outras ciências sociais) o objeto do profundo desacordo que viceja tão bem quando o interesse casa-se com a ignorância.

Porque, para ser absolutamente honesto com vocês, eu terei que admitir que com base no seu poder explicativo e preditivo, diferentes teorias econômicas — radical e ortodoxa — correntemente se igualam. Não se pode compelir a favor de qualquer um desses pontos de vista. Se fosse de outra forma, a controvérsia dificilmente poderia continuar: a parte perdedora poderia não desaparecer tranqüilamente, mas desaparecer, desapareceria. É nossa ignorância que permite ao interesse jogar um papel tão importante na determinação de nossa escolha de ideologias e, conseqüentemente, de nossa escolha de teorias.

Disso estou certo: é porque os seus supostos concordam tão bem com os valores e crenças dominantes em nossa sociedade — a virtude da perseguição ao auto-interesse e coisas semelhantes — que a economia predominante, da mesma forma que a sociobiologia, tão facilmente induz à suspensão da descrença. Foi a sua base ideológica, não a sua demonstrável superioridade em explicar o comportamento econômico ou social, que permitiu à teoria dominante capturar e deter o campo.

Não pensem, a propósito, que as coisas são fundamentalmente diferentes nas ciências naturais. Nos séculos XVI e XVII, a astronomia e a física dividiam-se em linhas ideológicas muito semelhantes às da economia hoje. A oposição entre as teorias de Ptolemeu e de Copérnico era tanto uma oposição de pontos de vista sobre a relação entre o mundano e o divino como uma oposição de pontos de vista sobre o movimento dos planetas. E se hoje o papel da ideologia é muito mais silencioso nas ciências naturais, não é porque estas áreas de indagação sejam livres de ideologia. É antes porque há uma única ideologia que une homens e mulheres da ciência.

Eu não posso dar muita esperança àqueles dentre vocês que querem escapar da ideologia. Mas uma coisa é certa: o componente ideológico da teoria — nas ciências sociais ou naturais — não pode ser superado por obstinada negação, mas por franco reconhecimento.

UMA COMPARAÇÃO DE PONTOS DE VISTA

Até aqui tudo é prólogo. Mas prólogo essencial, penso. A questão permanece: como diferem as perspectivas radical e ortodoxa sobre assuntos específicos?

Os textos de leitura foram selecionados de maneira a lhes dar o sabor

do enfoque radical ao racismo, ao sexismo, à desigualdade; e segunda-feira (aqui) e quarta-feira (na classe) trataremos da questão específica do trabalho — como chegou a ser o que é hoje e o que pode ser feito dele.

Hoje, no pouco tempo que resta, deixem-me tocar brevemente em duas outras questões sobre as quais os pontos de vista radical e predominante diferem, *a distribuição e o crescimento*.

Explicar e, mais importante, justificar a renda da propriedade têm sido uma preocupação das mais importantes dos economistas desde Smith. Como ele põe a questão, por que deveriam as pessoas colher onde não semearam? Existe uma versão puramente descritiva, positivista dessa questão que a coloca em termos mais contemporâneos. Como se explica o nível da taxa de lucro? Por que é 20%, não 2%? Por que não 40%?

Os economistas ortodoxos contam o conto das cenouras: famílias, preferindo o consumo futuro ao consumo presente, determinam a oferta de novo capital, e a população e a tecnologia determinam a demanda e a produtividade. A taxa de lucro, como o preço das cenouras, iguala a oferta e a demanda.

Os radicais contam uma estória sobre o poder econômico, o poder do capital e o poder do trabalho. O objetivo da estória radical não é negar a importância da produtividade, mas pô-la em perspectiva.

O poder de classe é, seguramente, um conceito enganoso. É tentador identificar o poder da classe trabalhadora somente com o poder dos sindicatos, mas é seguramente errado fazê-lo. Os trabalhadores exercem o poder em uma variedade de formas que são relacionadas, mas dificilmente idênticas ao poder dos sindicatos. E os trabalhadores exercem o poder na ausência absoluta de sindicatos, ocasionalmente até em oposição aos sindicatos. A própria organização do trabalho, como veremos na segunda-feira, ao mesmo tempo reflete e afeta o poder de classe, o poder tanto de trabalhadores como de capitalistas. Uma coisa eu lhes pediria com ênfase: não cometam o erro de muitos economistas ortodoxos, de identificar o poder com o monopólio e de não enxergar o exercício do poder de classe na ausência do monopólio.

CRESCIMENTO

Eu já assinei a diferença crucial entre os enfoques radical e predominante à questão do crescimento sob o ponto de vista normativo ou valorativo, os economistas ortodoxos aplaudindo o crescimento sem qualificação, os radicais vendo o crescimento mais como a quimioterapia, preferível, sem dúvida, ao câncer, mas perigosa e tóxica por si própria e útil somente até que a saúde do paciente esteja recuperada. Certamente ninguém argumentaria que, por obter a quimioterapia sucesso no combate ao câncer, quando cuidadosamente medida e controlada, mais quimioterapia produziria um organismo mais saudável. O mesmo vale para o crescimento.

Os radicais questionarão também os *meios* convencionalmente propostos pelos economistas ortodoxos para elevar a taxa de crescimento — meios que geralmente implicam o aumento da taxa de poupança privada através da redução de impostos sobre os lucros das corporações. Eu penso que aumentos na rentabilidade das corporações pode produzir resultado, mas por razões diferentes das que são geralmente enfatizadas pelos economistas ortodoxos: através de efeitos sobre a *demanda* de investimentos ao invés de efeitos sobre a *oferta* de poupança.

Mas, independentemente de quem tenha razão neste ponto, eu, como a maioria dos radicais, questionaria as bases de um sistema que não tem outro meio de estimular o crescimento senão oferecendo concessões aos ricos.

O QUE TÊM OS RADICAIS PARA OFERECER?

Primeiro, eu creio, os economistas radicais oferecem uma análise que penetra mais fundamente no cerne da realidade capitalista, que não trata da realidade através do artifício ortodoxo de aduzir mais epículos — na forma de externalidades, informação imperfeita e assim por diante — a um modelo basicamente ptolemaico. O modelo radical pode ser imperfeito, mas ao menos tem o sol, e não a terra, no centro do sistema solar.

Segundo, nós oferecemos uma visão de uma sociedade futura em que não os lucros, mas as necessidades humanas, constituem o critério de produção, na qual a primazia da vida e das necessidades humanas sobre o lucro é uma norma aceita: não — como em nossa sociedade — um tema sujeito a litígios nos tribunais, como quando a Ford Motor Co. no ano passado defendeu vitoriosamente os seus direitos de matar pessoas em Pintos defeituosos, na base de numa análise B/C que satisfiz a *eles*, segundo a qual os custos de tanques de gás mais seguros ultrapassariam os benefícios.

Nós oferecemos também uma visão de uma sociedade na qual os interesses de uns poucos não fortalecem e reforçam o racismo, o sexismo e o imperialismo.

A sociedade da qual falo não é a do bem-estar, embora tenhamos assistência médica mais abundante e melhor, apoio educacional, assistência à velhice e assim por diante. Não é a nacionalização dos meios de produção, embora se requeira a abolição do poder baseado no controle concentrado do processo produtivo, seja esse controle exercido por uma classe de capitalistas ou uma classe de *apparatchiks* do partido e do governo.

Não é o fim da escassez, mas antes o começo da possibilidade de uma sociedade e de uma cultura que não depende somente dos bens materiais.

É uma sociedade na qual os princípios democráticos e participativos, nos quais a política americana se fundamenta, são confirmados e não negados no mundo do cotidiano. É um fim à hierarquia piramidal. Um fim não somente

ao acesso especial à sala do topo reservada a uma elite, mas uma mudança na estrutura do edifício, de tal forma que a sala no topo seja tão ampla quanto o andar térreo.

É uma sociedade na qual o privilégio desta elite — baseada na riqueza familiar ou em talento extraordinário — torne-se o direito de nascença dos muitos.

A luta por uma sociedade destas é longa. Há cinco anos atrás comemoramos um marco dessa luta no bicentenário deste país. A próxima primavera marcará o 660.º aniversário de outro marco. Em junho de 1381, quando a servidão era a norma e a liberdade, a exceção, a população rural inglesa revoltou-se e marchou a Londres para demandar justiça.

Um dos seus primeiros atos foi libertar um certo John Ball da prisão. John Ball, que hoje seria chamado um padre-operário, tinha sido excomungado e posteriormente preso por sedição. Ele tinha um hábito irritante de levar a Bíblia a sério.

No pico da rebelião, a multidão juntou-se para ouvi-lo em um campo nos arredores de Londres. O melhor que tenho a fazer é ler-lhes o relato de um contemporâneo, não muito a favor dos fatos:

“E quando ele (John Ball) foi posto em liberdade, ele os seguiu, instigando-os a perpetrar muitos atos diabólicos, e pregando que tais atos deveriam certamente ser feitos. E de maneira a poder infectar mais com suas doutrinas, em Blackheath, onde 20 000 dos comuns se reuniram — ele começou um sermão desta forma:

Quando Adão cavou e Eva fiou.
Quem foi o senhor?

E continuando o sermão assim começado, ele empenhou-se em introduzir e provar, pelas palavras do provérbio que ele usou para seu tema, que desde o começo todos os homens tinham sido criados iguais pela natureza, e que a servidão tinha sido introduzida pela injusta opressão de homens pecadores, contra a vontade de Deus; porque, se quisesse criar servos, ele certamente no começo do mundo teria decretado quem deveria ser um servo e quem deveria ser um lorde.

Deixou-os considerar, portanto, que um tempo lhes estava agora sendo concedido por Deus, um tempo no qual eles seriam capazes de derrubar o jugo da servidão, se quisessem gozar sua esperança de liberdade. Eles deveriam portanto ser homens prudentes e, com o amor de um bom marido cultivando seus campos e desenraizando e destruindo as pragas que costumam assolar o grão, eles deveriam... eliminar todos aqueles que eles

soubessem ser prejudiciais à riqueza comum no futuro. Assim, eles obteriam paz e segurança no futuro se, quando os grandes tivessem sido removidos, existisse entre eles igual liberdade e nobreza e idêntica dignidade e poder.” (Walsingham, *História Anglicana II*, 32 in A. R. Meyer (ed.), *Historial Documents 1327-1485*, Londres, Eyre and Spottiswoode, 1969).

Nós conquistamos liberdade igual, ou ao menos um fac-símile razoável. Mas a “idêntica dignidade e poder” requeridas para garantir nossas liberdades nos escapa e continuará a nos escapar — enquanto perdurar o capitalismo. Ou mudamos a economia à imagem da democracia política, ou arriscamos perder os nossos direitos também na esfera política.

A escolha é nossa.

Nós temos um mundo a ganhar.